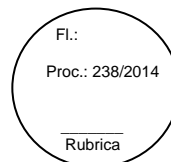




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL



Processo nº: 238/2014.

Jurisdicionada: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP/DF.

Assunto: Contrato - Adesão à Ata de Registro de Preços.

Órgão de Origem: 1ª DIACOMP.

Ementa:

- Exame do Contrato nº 08/2013 celebrado entre a FAP/DF e a Axiomas do Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda.-ME, com base em Adesão à Ata de Registro de Preços nº 001/2013, elaborada pelo Ministério da Educação/Fundação Universidade de Brasília, tendo como objeto a realização do mapeamento digital do DF, por meio da aplicação domiciliar de questionário estruturado em todas as 31 Regiões Administrativas;
- Decisão nº 2.561/2014: Conhecimento do Contrato nº 08/2013. Oitiva da Jurisdicionada para prestar esclarecimentos;
- Decisão nº 5.494/2014: Conhecimento dos esclarecimentos prestados, considerando-os suficientes em relação ao item II.b da Decisão nº 2.561/2014 e insuficientes aos demais. Determinação para que a FAP/DF apresente contrarrazões às possíveis irregularidades apontadas nos autos;
- Decisão nº 2.335/2015: Conhecimento dos documentos apresentados pela jurisdicionada. Considera suficientes parte dos esclarecimentos ofertados. Determina a audiência dos senhores Alexandre Donikan Gouveia e Joelzo Francisco da Silva;
- Decisão nº 2.673/2016: Conhecimento das razões de justificativa apresentadas pelo senhor Joelzo Francisco da Silva considerando-as, no mérito, improcedentes. Considera revel o senhor Alexandre Donikan Gouveia. Aplicação da multa individual de R\$ 1.500,00 aos gestores. Expedição dos Acórdãos nºs 381 e 382/2016;
- Interposição de Recurso de Reconsideração pelo senhor Alexandre Donikan Gouveia;
- Decisão nº 3.838/2016: Conhecimento da peça como Pedido de Reexame com concessão de efeito suspensivo ao item II-b e IV da Decisão nº 2.673/2016;
- **Nesta fase:** Análise de mérito do pedido de reexame ofertado pelo responsável;
- Corpo Técnico: Pela negativa de provimento à peça recursal e notificação do recorrente para recolhimento da multa;
- O MPJTCDF, no Parecer nº 761/2017-DA (fls. 216/225), acolhe as sugestões ofertadas pela Instrução;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Fl.:
Proc.: 238/2014
Rubrica

- **VOTO** convergente para o que propõe a Instrução e o *Parquet* especializado. Pela negativa de provimento ao pedido de reexame interposto pelo responsável.

RELATÓRIO

Tratam os autos do exame do Contrato nº 08/2013 celebrado entre a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP/DF e a Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda. – ME, decorrente da adesão à Ata de Registro de Preço nº 001/2013 elaborada pelo Ministério da Educação/Fundação Universidade de Brasília, que teve por objeto a realização do mapeamento digital do DF, por meio da aplicação domiciliar de questionário estruturado em todas as 31 Regiões Administrativas, pelo valor de R\$ 10.070.000,00 (dez milhões e setenta mil reais).

2. Na Sessão Ordinária nº 4.869, de 31 de maio de 2016, o Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, i. Conselheiro Manoel Paulo de Andrade Neto, proferiu a Decisão nº 2.673/2016 (fls. 241/241-v), *in verbis*:

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício 197/2015 – PRES/FAP-DF e documentação anexa (fls. 159/168); b) das razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Joelzo Francisco da Silva (fls. 169/182), considerando-as, no mérito, improcedentes, aplicando-lhe, com fundamento nos termos do art. 57, II, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 182, I, do RI/TCDF, a multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), conforme Matriz de Responsabilidade de fl. 136, por ter elaborado o Termo de Referência sem planilhas de composição de custos unitários, descumprindo o art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93; II – **considerar: a) não cumprida a diligência determinada pela Decisão 2.335/15; b) nos termos do art. 13, § 3º, da LC 1/94, revel o Sr. Alexandre Donikian Gouveia, aplicando-lhe, com fundamento nos termos do art. 57, II, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 182, I, do RI/TCDF, a multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), por contratar objeto com quantitativo diverso do existente no Termo de Referência, em descumprimento ao disposto no art. 4º, § 1º, e 65, § 1º; por aprovar o Termo de Referência (sem planilhas de composição de custos unitários), em descumprimento ao disposto no 7º, § 2º, II, da Lei 8.666/93; III – determinar à FAP que, no prazo de 30 dias, comprove que foram realizadas entrevistas em 53 mil domicílios com as devidas checagens (40%), conforme Contrato 8/13, celebrado com a empresa Axiomas Brasil, Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda.-ME, sob pena de instauração de TCE para apuração de prejuízo e responsabilidades; IV – aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; V – dar ciência desta decisão aos interessados nos autos; VI – autorizar: a) o envio da citada Informação à FAP; b) o retorno dos autos em exame à SEACOMP, para os devidos fins. Parcialmente vencida a Conselheira ANILCÉIA MACHADO, que seguiu o voto do Relator, à exceção da multa aplicada aos responsáveis acima indicados. (Destacou-se)**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Fl.:
Proc.: 238/2014
Rubrica

3. Irresignado com a responsabilidade lhe imputada, o senhor Alexandre Donikan Gouveia, por meio de representante legal, interpôs o Recurso de Reconsideração de fls. 246/251, em face da referida deliberação plenária.
4. Nesta fase processual, examina-se o referido recurso, que foi conhecido por esta c. Corte como Pedido de Reexame, conferindo-lhe efeito suspensivo, por meio da Decisão nº 3.838/2016 (fl. 257).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

5. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 065/2017–1ªDIACOMP (fls. 293/306), assim instruiu o feito:

Do recurso

10. O recorrente contrapôs os fundamentos do voto do relator. Nesse intuito, asseverou que a tese de que o comparecimento espontâneo pode suprir a citação mostra-se dissonante da jurisprudência do STJ. Transcrevemos abaixo parte das alegações do signatário:

“Pela análise da jurisprudência do STJ acostada, podemos deduzir que a procuração sem poderes especiais não tem o condão de suprir o comparecimento espontâneo do réu. Somente a juntada aos autos de procuração com poderes especiais equivale ao comparecimento espontâneo do réu, por demonstrar que este já tem conhecimento dos atos e fatos discutidos no processo, devendo a contagem do prazo para apresentação da defesa iniciar desde então. E foi exatamente o que o recorrente fez ao peticionar nos autos (fls. 223 e seguintes) e requerer expressamente a juntada de procuração com poderes especiais para receber citação, escoimado na melhor jurisprudência.

(...)

Com a juntada da procuração, pelo recorrente, com poderes especiais para receber a citação, a relação processual se perfectibilizou e os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa poderão ser preservados, desde que novo prazo seja concedido para a apresentação das razões de justificativa.

IV – Da Jurisprudência do TJDFT Acerca dos Requisitos do Comparecimento Espontâneo para Suprir a Citação

Na petição juntada às fls. 223, o recorrente já teve a oportunidade de elencar diversos julgados do TJDFT que estão em perfeita sintonia com a jurisprudência consolidada do STJ quanto aos requisitos do comparecimento espontâneo para suprir a citação. Pela sua relevância elucidativa quanto à matéria, os julgados não podem deixar de serem transcritos:

(...)

Pela jurisprudência transcrita do TJDFT, que mantém perfeita sintonia com os julgados do STJ, também podemos deduzir que procuração sem poderes especiais não tem o condão de suprir o comparecimento espontâneo do réu. Somente a juntada aos autos de procuração com poderes especiais equivale ao comparecimento espontâneo do réu.

V – Do Significado dos Poderes da Cláusula ‘ad judicium et extra’



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Fl.:
Proc.: 238/2014
Rubrica

O voto do relator que fundamenta a Decisão nº 2673/2016 trouxe o seguinte argumento, quanto a cláusula 'ad judícia et extra', para justificar a revelia do recorrente:

'(...) verifico que a procuração de fls. 189 outorgou ao advogado poderes da cláusula 'ad judícia et extra, e que, mesmo não estando especificado o poder de receber a citação, este é inerente aos poderes especiais do documento'.

A cláusula 'ad judícia' refere-se à procuração 'com poderes para atuar nos processos judiciais, praticando atos ferais, necessários ao exercício da representação do outorgante em juízo'. É a procuração geral para o foro, prevista no art. 38 do CPC.

Por sua vez, a cláusula 'extra judícia' 'não tem o significado de exercício de 'poderes especiais, em juízo 'mas a outorga de poderes de representação, para exercício fora deste'.

Não é outro o entendimento do ex-Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ex-promotor de Justiça do MP/SP, ex-professor de Latim e advogado criminal.

(...)

Portanto, ao contrário do que ficou assentado no voto do relator, o poder de receber citação não é inerente à natureza da cláusula 'ad judícia et extra'. Ao contrário, é indispensável sim que ele, o poder de receber citação, esteja expressamente explícito no instrumento procuratório, conforme preceitua o art. 105 do CPC. A menção à cláusula 'ad judícia et extra', por si só, não confere à procuração qualquer outro poder que não seja o da cláusula 'ad judícia et extra'. O poder de receber citação não é inerente a ela. Para que seja válido e eficaz, o poder de receber citação precisa ser expreso e deve necessariamente, constar de cláusula específica. Não sendo expreso e não constando de cláusula específica, o poder de receber citação não pode ser presumido e jamais será inerente à cláusula 'ad judícia et extra'.

VI – Da Jurisprudência Transcrita no Voto do Relator que ensejou a Decisão nº 2673/2016

(...)

A primeira foi a da Apelação Cível 200651015129809, do TRF da 2ª Região. Nela, no item 1, consta '1-A outorga de procuração pelo réu ao advogado demonstrou ciência inequívoca deste acerca do processo que contra si era movido, suprimindo a necessidade de citação, uma vez que não foram prejudicados os postulados constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa'. De ato, pelo princípio da instrumentalidade das formas, e desde que não haja prejuízo à parte, poderíamos cogitar, em situações excepcionais, o abrandamento da rigidez da norma legal violada, no caso, o art. 108 do CPC. Sucede que o recorrente, ao ser declarado revel, mesmo depois de ter juntado procuração (fls. 223 e seguintes) com poderes especiais para receber citação, teve 'prejudicados os postulados constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa'.

Ainda, na mesma ementa, temos o item 3-A, que assevera: '3-A procuração outorgada à fl. 28 da execução fiscal confere ao procurador os poderes da cláusula ad judícia et extra, autorizando-o a praticar todos os atos judiciais e extrajudiciais de defesa do representado e outorgando-lhe, ainda, poderes especiais de representação, o que compreende, conforme exposto, o poder de receber citação'. Ora, como

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Fl.:

Proc.: 238/2014

Rubrica

já demonstramos anteriormente, o poder de receber citação não é inerente à natureza da cláusula 'ad judícia et extra'.

Portanto, por ambos os motivos elencados, a ementa da Apelação Cível 200651015129809 RJ 2006.51.01.512980-9, do TRF a 2ª Região, não se aplica a este caso.” (Fls. 247/251)

11. O indigitado ainda contesta os demais acórdãos utilizados no voto condutor da decisão recorrida. Alega que a menção à cláusula por si só não confere à procuração qualquer outro poder senão aqueles da cláusula 'ad judícia et extra'. Para que seja válido e eficaz, o poder de receber citação precisaria ser expresso e deveria constar de cláusula específica.

12. No que tange à multa, o recorrente pondera não ter exercido os postulados constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa e, ao final, requer a reformulação da Decisão, bem como a concessão de novo prazo para apresentação de suas razões de justificativa.

Da análise

13. Convém ressaltar que o voto condutor da Decisão proferida por esta Corte se estribou, de modo predominante, na revelia configurada pelo incontestável conhecimento do defendente em relação ao teor da deliberação plenária. No voto, o relator dos autos assenta detalhadamente as interferências do recorrente no trâmite processual no intuito de demonstrar a ciência dele em relação à demanda determinada no decisum.

14. Na referência ao comparecimento espontâneo do indigitado aos autos, ora contestado, o relator assevera que o recorrente constituiu advogado para requerer o pedido de prorrogação de prazo, demonstrando claramente que detinha conhecimento do teor da deliberação plenária. Tanto foi assim que o signatário alegou estar esperando o recebimento de comunicação de audiência.

15. A referência à outorga de poderes da cláusula "ad judícia et extra" e a inclusão do poder de receber citação entre aqueles inerentes aos poderes especiais, refutada pelo Sr. Alexandre, não interferiu na tese defendida pelo Conselheiro Manuel de Andrade. A rigor, a jurisprudência não é pacífica em relação ao tema. É possível encontrar nos tribunais manifestação amparando tanto os posicionamentos defendidos pelo relator do presente processo, quanto os defendidos pelo recorrente. A abordagem não se mostrou relevante no voto proferido. Com efeito, em nenhum momento o Conselheiro considerou que o representante legal teria sido citado no lugar do defendente.

16. A fim de verificarmos o trâmite processual desde o momento da ordenação de audiência do indigitado, elaboramos o quadro abaixo com a medida adotada, data e teor do documento, com ênfase nas interferências do interessado.

Data	Documento	Teor/Ocorrência
11.06.2015	Decisão nº 2335/2015	Autorização da audiência do Sr. Alexandre
18.06.2015	Comunicação de Audiência nº 070/2015	Expedição da comunicação de audiência
22.06.2015	AR	Destinatário não reside no local
24.06.2015	AR por MP	Documento retornou aos Correios,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Fl.:

Proc.: 238/2014

Rubrica

		<i>sem êxito na entrega</i>
10.08.2015	<i>AR simples</i>	<i>Envio da comunicação</i>
25.08.2015		<i>AR assinado por terceiros</i>
15.09.2015 16.09.2015	<i>Ligação para a ex-esposa do destinatário</i>	<i>Informação do e-mail para efetivar a solicitação de telefone do Sr. Alexandre.</i>
16.09.2015	<i>Ligação telefônica para o Sr. Alexandre</i>	<i>Informação do e-mail para contato com ele.</i> <i>Encaminhamento por e-mail de pedido para assinatura do Comunicado de Audiência.</i>
18.09.2015	<i>Requerimento impetrado pelo representante legal</i>	<i>Solicitação de prorrogação de prazo para apresentação das razões de justificativa quanto aos fatos referidos na Decisão nº 2335/2015.</i>
08.10.2015	<i>Decisão nº 4609/2015</i>	<i>Concessão de 30 dias para o Sr. Alexandre</i>
15.10.2015	<i>Ofício nº 9287/2015-GP</i>	<i>Ciência da prorrogação</i>
26.10.2015	<i>AR simples</i>	<i>Recebimento da correspondência</i>
04.11.2015	<i>Solicitação do advogado</i>	<i>Solicitação de cópia do processo</i>
12.11.2015	<i>Despacho Singular nº 395/2015-GCMA</i>	<i>Deferimento da solicitação de fornecimento de cópia</i>
18.11.2015	<i>Expediente</i>	<i>Fornecimento de cópia</i>
09.03.2016	<i>Requerimento do advogado</i>	<i>Solicitação de cópia do processo</i>
06.04.2016	<i>Despacho Singular nº126/2016</i>	<i>Autorização de fornecimento de cópia</i>
08.04.2016	<i>Expediente</i>	<i>Fornecimento de cópia</i>
06.05.2016	<i>Requerimento</i>	<i>Solicitação de saneamento dos autos com concessão de novo prazo para apresentação das razões de justificativas</i>
31.05.2016	<i>Decisão nº 2673/2016</i>	<i>Considerou não cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 2335/15 e, por conseguinte, revel o Sr. Alexandre Donikan, aplicando multa pelas irregularidades especificadas.</i>
31.05.2016	<i>Acórdão nº 382/2016</i>	<i>Aplicação de multa e autorização da cobrança judicial da dívida</i>
01.07.2016	<i>Notificação nº 65/2016-SS</i>	<i>Notificação da Decisão e do teor do Acórdão</i>
18.07.2016	<i>Recurso</i>	<i>Reformulação da decisão e suspensão do Acórdão</i>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Fl.:
Proc.: 238/2014
Rubrica

17. Como podemos depreender a partir dos registros do quadro acima, em especial das deliberações desta Casa e das várias interferências da parte do interessado, o recorrente tomou conhecimento das irregularidades pelas quais foi chamado aos autos. Portanto, não merece guarida a alegação de inobservância dos princípios do contraditório e da ampla defesa por parte dessa Corte.

18. O Regimento Interno desta Casa dispõe que as comunicações processuais devem ser feitas mediante carta registrada, com aviso de recebimento que comprove a entrega no endereço do destinatário, conforme inciso II do art. 165. Ainda em relação à expedição de documentos oficiais do Tribunal, a Resolução nº 248/2012, art. 12, §2º, inciso II e §3º, disciplina que, no caso de residentes fora do Distrito Federal, a entrega será feita por via postal, registrada e com Aviso de Recebimento Simples ou por Mão Própria.

19. Com efeito, a comunicação processual foi realizada em cumprimento aos dispositivos regimentais e normativos citados. A carta registrada simples, enviada em razão da falta de êxito no recebimento da correspondência com AR por mão própria, atendeu à forma determinada no normativo.

20. Ademais, o novo Código de Processo Civil, aplicável subsidiariamente ao processo administrativo brasileiro, ao estabelecer as formas pelas quais pode dar-se o ato citatório, assenta entre elas a citação postal, conforme art. 246. Arrolam-se no art. 248 do NCPC os itens que devem compor a citação por via postal e a exigência de correspondência com prova de recebimento por parte do destinatário. Contudo, cogitando da dificuldade de consumação do recebimento pelo próprio réu, a norma prevê que, em se tratando de pessoa física habitante de condomínio edilício, será considerada aperfeiçoada e válida a citação com a entrega do documento ao responsável pelo recebimento de correspondências, qual seja, o funcionário da portaria, consoante constante do § 4º do art. 248 do NCPC. Essa situação prevista no aludido dispositivo legal confere com a do impetrante, que residia em condomínio vertical, conforme verificado em consulta às imagens do Google Maps correspondentes ao endereço (Rua Desembargador Motta, 2012 – Curitiba – PR).

21. Outrossim, no caso em comento, como já repisado, afigura-se óbvio que o impetrante do recurso tomou ciência do teor da comunicação da audiência. Tanto é assim que entrou com pedido de prorrogação de prazo “para apresentação das razões de justificativa quanto aos fatos referidos no item IV, alínea “a”, da Decisão nº 2335/2015”².

22. Por fim, como apresentado no quadro retro, essa Corte acolheu

¹ Art. 12. A expedição de documentos oficiais do Tribunal será realizada pela Seção de Protocolo e Arquivo, observadas as medidas de segurança necessárias.

(...)

§ 2º No caso de expediente de audiência, citação, cientificação e notificação de responsáveis ou de interessados, adotar-se-ão as seguintes cautelas:

(...)

II – quanto aos residentes fora do Distrito Federal, a entrega será feita por via postal, registrada e com Aviso de Recebimento simples ou por Mão Própria;

(...)

§ 3º Observado o disposto no § 2º, as comunicações sobre audiência e citação serão entregues, preferencialmente, ao destinatário, ou a seu representante legal, por via postal, registrada e com Aviso de Recebimento por Mão Própria, ou por servidor credenciado do Tribunal, e deverão conter o alerta quanto à necessidade de acompanhamento do processo, inclusive mediante cadastramento no sistema Push, e de atualização do endereço junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

² Fls. 223/225



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Fl.:
Proc.: 238/2014
Rubrica

todos os pedidos de cópia e de prorrogação de prazo, de modo a garantir o acesso ao processo e a preservar o princípio do contraditório e da ampla defesa.

23. Com efeito, nos vários momentos em que o recorrente veio aos autos, apresentou tão somente pedidos de cópia e de prorrogação de prazo; sequer acrescentou documentação ou argumentos que elidissem a sua responsabilidade pelas graves irregularidades a ele atribuídas. Sendo assim, os documentos trazidos aos autos têm caráter meramente protelatório da penalidade imputada.

24. Ante as considerações expendidas, em especial o acolhimento dessa Corte aos vários pleitos do recorrente desde a ordenação de audiência, bem como a evidente ciência do indigitado quanto à demanda deliberada no decisor, resta comprovada a observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa na aplicação da penalidade e, portanto, afiguram-se improcedentes os argumentos assentados.

6. Ao final de seu exame, a Instrução sugeriu ao e. Plenário os seguintes encaminhamentos:

I. Negue provimento ao Pedido de Reexame apresentado às fls. 246/251, e mantenha os termos da Decisão recorrida;

II. Autorize:

a) a ciência da decisão que vier a ser proferida ao recorrente;

b) o retorno dos autos a esta Secretaria de Acompanhamento com vistas à verificação de recolhimento da multa imputada no item I, alínea "b" e ao exame da diligência determinada no item III da Decisão nº 2673/2016, com posterior encaminhamento ao relator original, em observância ao § 1º do art. 278 do Regimento Interno do TCDF.

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer n.º 761/2017-DA, fls. 216/225, da lavra do i. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, aquiesce as sugestões ofertadas pelo Corpo técnico.

É o Relatório.

VOTO

Cuidam os autos do exame do Contrato nº 08/2013 celebrado entre a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAP/DF e a Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda. – ME, decorrente da adesão à Ata de Registro de Preço nº 001/2013 elaborada pelo Ministério da Educação/Fundação Universidade de Brasília, que teve por objeto a realização do mapeamento digital do DF, por meio da aplicação domiciliar de questionário estruturado em todas as 31 Regiões Administrativas, pelo valor de R\$ 10.070.000,00 (dez milhões e setenta mil reais).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Fl.:
Proc.: 238/2014
Rubrica

8. Nesta fase processual, examina-se o mérito dos argumentos recursais ofertados pelo senhor Alexandre Donikan Gouveia (fls. 246/251), então Diretor-Presidente do FAP/DF à época dos fatos, em razão do que determinou o Tribunal no item II-b da Decisão nº 2.673/2016 (fl. 241) e no Acórdão nº 382/2016 (fl. 242).

9. Em linhas gerais, o recorrente alega que a citação recebida pelo representante legal foi inválida, e que, inclusive, as jurisprudências do STJ e do TJDFT reconhecem que a mera juntada aos autos de instrumento procuratório, em que não constam poderes para receber citação em nome do representado, não pode ser entendida como comparecimento espontâneo do réu.

10. Sustenta, ainda, que por não ter exercido os postulados constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, não há que se falar na aplicação da multa até a apresentação de suas razões de justificativa.

11. Sumariamente, o Corpo Técnico, ao analisar o feito, entendeu que o acolhimento dessa Corte aos vários pleitos do recorrente desde a ordenação de audiência, bem como a evidente ciência do indigitado quanto ao deliberada no *decisum*, comprova a observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa na aplicação da penalidade e, portanto, afiguram-se improcedentes os argumentos assentados.

12. Por seu turno, o *Parquet* de Contas, por meio do Parecer n.º 761/2017-DA, fls. 216/225, da lavra do i. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, aquiesceu as sugestões ofertadas pelo Corpo técnico.

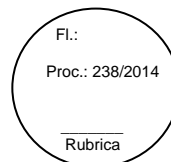
13. De início, ressalto que meu posicionamento é convergente para as proposições alvitadas pela Unidade Técnica e pelo Ministério Público de Contas, incorporando às minhas razões de decidir a análise empreendida na Informação nº 065/2017–1ªDIACOMP (fls. 293/306) e no Parecer n.º 761/2017-DA (fls. 216/225).

14. Com efeito, noto que não há suporte para assegurar a tese do recorrente de desrespeito, pela Corte, dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

15. Pelo contrário, os registros do quadro elaborado pela Unidade Técnica, consoante consta do relatório retro, demonstram que o senhor Alexandre Donikan Gouveia, por meio do seu representante legal, tomou ciência das irregularidades pelas quais foi chamado aos autos, bem como exerceu seu direito



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL



ao contraditório e a ampla defesa ao solicitar, por exemplo, prorrogação de prazo e pedir cópias do processo em voga.

16. Impende salientar que, caso prosperasse a tese do recorrente, abrir-se-ia flanco para obtenção de vantagem utilizando-se de estratégia com o claro intuito de “cavar” nulidade, procrastinar ou diferir indefinidamente o deslinde do processo, contrariando frontalmente os princípios do devido processo legal e da boa-fé processual.

17. Diante disso, por não ter apresentado defesa tempestivamente, quando devidamente citado, justifica-se a consideração da revella, nos termos do art. 13, § 3º da LC nº 01/94.

18. Em decorrência, a ausência de justificativas hábeis ao afastamento da responsabilidade pela contratação de objeto com quantitativo diverso do existente no Termo de Referência, em descumprimento ao disposto no art. 4º, § 1º e art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993, bem como pela aprovação do Termo de referência sem planilhas de custos, em desacordo ao art. 7º, § 2º, inciso II, do citado normativo, motiva a manutenção da penalidade aplicada pela Decisão nº 2.673/2016 e pelo Acórdão nº 382/2016.

19. Ante o exposto, em harmonia com o proposto pela Instrução e pelo *Parquet*, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. no mérito, negue provimento ao Pedido de Reexame apresentado pelo senhor Alexandre Donikan Gouveia às fls. 246/251, mantendo, na íntegra, os termos da Decisão nº 2.673/2016 e do Acórdão nº 382/2016;
- II. notifique o senhor Alexandre Donikan Gouveia para que, no prazo de 30 dias, efetue o recolhimento da multa que lhe foi aplicada, nos termos do art. 57, II, da LC nº 01/94, pelo item II-b da Decisão nº 2.673/2014 e pelo Acórdão nº 382/2016;
- III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para adoção das providências pertinentes.

Sala da Sessões, 21 de setembro de 2017.

MÁRCIO MICHEL
Conselheiro-Relator